

LINHA DE PESQUISA CULTURA E IDENTIDADES: DEZ ANOS DEPOIS, BALANÇO E PERSPECTIVAS

Geni Rosa Duarte¹

Dez anos após o início de um curso de Pós-Graduação em História, chega o momento de pensar e repensar as escolhas feitas, os caminhos percorridos e, conseqüentemente, as perspectivas que despontam à nossa frente. Pode parecer pouco, mas esse intervalo de tempo torna-se significativo se pensarmos nos movimentos efetuados nas vidas pessoais e profissionais de alunos e professores, na atuação sistemática de pesquisa e de escrita dos trabalhos em história.

Ao iniciar nosso percurso, dez anos atrás, produzimos alguns textos expondo em linhas gerais nossas perspectivas a partir das pesquisas que nós, professores, individual ou coletivamente, desenvolvíamos. Procurávamos, assim, apontar alguns caminhos possíveis de serem trilhados, dentro de um programa que se iniciava longe dos grandes centros, próximo à região de fronteira. Agora o momento que se apresenta é de pensar no que cada Linha de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em História da Unioeste conseguiu produzir e acumular, não meramente do ponto de vista numérico – quantas defesas, quantas dissertações – mas no que nosso trabalho representou no pensar histórico e na formação de professores e pesquisadores a que nos propusemos.

Afirmávamos então que nosso desafio era pensar a questão da diversidade em todas as suas formas, desafio esse posto com muita força à pesquisa histórica e aos pesquisadores. Dez anos depois, a mesma colocação faz sentido: continuamos assistindo com pesar o aumento da violência e da multiplicação de estereótipos e outras marginalizações de indivíduos, grupos e minorias. Frente à exclusão formal de milhões de brasileiros ao exercício pleno da cidadania, dizíamos, é preciso “atentar de uma maneira articulada para as dimensões multirrelacionais postas em torno da questão, no interior e a partir da riqueza de processos de produção da cultura que interagem com essa problemática” (DUARTE, FROTSCHER; LAVERDI, 2007: 370). Interação, aliás, que se dá num terreno repleto de

¹ Docente do PPGH/Unioeste.

contradições e conflitos, onde convivem formas diversas de dominação, resistência, articulação, cooptação, controle, etc. Vivemos num mundo globalizado que abre campo à emergência de diferenças sexuais, raciais, culturais, étnicas – Stuart Hall fala inclusive na fascinação das nossas elites por elas. Todavia, muitas vezes são instituídas políticas e práticas que cerceiam as formas de viver essas diferenças e, conseqüentemente, dificultam nossas formas de lutar por e a partir delas. Hall se refere à “produção subalterna da diferença” como “um paradoxo da globalização contemporânea”, que faz com que “as coisas pareçam mais ou menos semelhantes entre si”, sem todavia o serem (HALL, 2003: 57).

Uma luta política, portanto, se produz no campo das diferenças, no terreno da cultura entendida de uma forma ampla, numa relação constante e histórica de reconfiguração dessas forças. Nesse sentido, pensar as formas da cultura popular sob signo da “autenticidade” e da “tradição”, tirando-as do chão da história, é transformá-las num bonito morto, como dizia Certeau (1995), bonito e estático. Pensar a cultura mais do que como “forma de vida”, – como “forma de luta”, aponta Hall, – que são expressas e significadas nas dimensões do cotidiano e nas múltiplas identidades assumidas – de gênero, etnia, geração, classe, etc.

Voltar-se, pois, para as diferentes formas de resistência gestadas pelos setores populares frente às sempre renovadas formas de dominação e controle que se atualizam nas nossas sociedades torna necessário que tenhamos um olhar sempre atento para as transformações que se operam num e noutra sentido, ou seja, nas mudanças que se operam na cultura das classes populares. Há necessidade de compreender a historicidade dos conceitos com que nos propomos a discutir essas questões – e, nesse sentido, falar em identidades étnicas, por exemplo, ou em racismos, implica em nos debruçarmos sobre situações concretas e sobre formas concretas como essas problemáticas são vivenciadas.

Na esteira desses posicionamentos, a Linha de Pesquisa optou por um caminho teórico. Assim, no projeto político pedagógico mais recente do curso, a definição se dá pela organização em torno da temática “Cultura e Identidades”, ampliando o sentido anterior de “Práticas Culturais e Identidades”. Também o termo “cultura” pode ter vários significados. Lembramos que Thompson, aliás, prefere o termo “costumes” a “cultura”, ampliando o seu sentido, na medida em que a pensa como uma arena de conflitos, como “um conjunto de

diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole”, e como tal deve ser estudada, uma vez que somente sob pressão ela assume a forma de um “sistema” (THOMPSON, 1998: 17). Para Williams, cultura pode ser pensada e estudada em três acepções: a) como um estado ou processo de perfeição humana, partindo de certos valores universais referidos à condição humana universal; b) numa acepção “documental, como a massa das obras que registram ao pensamento e a experiência humana, ou c) como “descrição de um modo determinado de vida, que expressa certos significados e valores não somente na arte e na aprendizagem, mas também em instituições e no comportamento comum” (WILLIAMS, 2003: 51). Embora enfatize essa última acepção, que define como análise social da cultura, considera que o investigador não pode prescindir de olhar para essas três dimensões, e considera inadequada uma análise que se fixe apenas em uma delas.

Num capítulo em que discute a centralidade da cultura, Stuart Hall (1997) se refere, em primeiro lugar, às grandes transformações que vivenciamos no nosso tempo e na sociedade dita global: o encurtamento de distâncias e as possibilidades abertas pelas tecnologias, o papel das mídias, a compressão espaço/tempo, a homogeneização cultural, a produção das diferenças, bem como das resistências, gestadas também pela irregularidade e pelo ritmo em que essas mudanças se dão, e as conseqüentes hibridizações e sincretismos, entre muitos outros aspectos. Aborda em seguida as transformações que se dão na vida local e no cotidiano dos grupos e indivíduos, referindo-se primeiramente aos deslocamentos *das* culturas no cotidiano, ou seja, às mudanças devidas às situações sociais, de classe e geográficas, mas não exclusivamente de classe, alerta. Depois, refere-se às mudanças na vida local e no cotidiano precipitadas *pela* cultura, ou seja, à “forma como a cultura penetra em cada recanto da vida social contemporânea, fazendo proliferar ambientes secundários, mediando tudo”. E aponta então uma última fronteira a ser considerada, tendo em vista os impactos da cultura na vida interior, na constituição da subjetividade, da identidade, da pessoa como um ator social, e “objetivamente presentes no mundo contemporâneo – em nossas ações, instituições, rituais e práticas”. “Nossas identidades são, em resumo, formadas culturalmente”, “o que significa dizer que devemos pensar as identidades sociais como construídas no interior da representação, através da cultura, não fora delas” (HALL, 1997).

LINHA DE PESQUISA CULTURA E IDENTIDADES: DEZ ANOS DEPOIS,
BALANÇO E PERSPECTIVAS

Yara Aun Khoury aponta que a noção de cultura ganhou ênfase na medida em que se aprofundava a crise do sistema capitalista, quando as perspectivas nacionalistas e de classe perdiam força após a Segunda Guerra Mundial. Novos temas e questões emergiram, tais como a sexualidade, etnicidade, gênero, cultura popular, etc. Contudo, a autora adverte que esses temas não podem ser tratados de forma fragmentária e despolitizada: “trazer para o debate a diversidade cultural”, diz ela, “requer um olhar político” capaz de distinguir “as múltiplas interpretações dessas noções e os interesses que a sustentam”, ou seja, considerar cultura e memória “como campos de disputas políticas” (KHOURY, 2006: 26).

Na direção apontada por esses autores, a Linha de Pesquisa Cultura e Identidades define como um dos seus propósitos voltar-se aos “processos de construção de subjetividades e identidades (de gênero, étnicas, nacionais, regionais, de classe, dentre outras), (...) considerando experiências que definem e redefinem fronteiras e temporalidades”². Ao trabalhar com questões de diversidades sociais e culturais, expressas em conflitos e acomodações que se exteriorizam nas experiências concretas de indivíduos, grupos e comunidades, voltamo-nos também para o campo das muitas memórias passíveis de serem apreendidas, procurando também dialogar com “sujeitos sociais pouco reconhecidos”. Trabalhar com memórias implica considerar, como aponta Samuel (1997: 44), “que a memória é historicamente condicionada, mudando de cor e forma de acordo com o que emerge no momento”, sendo alterada de geração a geração, sendo essencialmente “camaleônica”.

Abrir-se para o estudo das diversidades sociais e culturais, dentro da Linha, significou também incorporar a utilização de fontes variadas, como discutiremos mais adiante.

Sem pretender dar conta de todos os campos de possibilidades abertos pelos trabalhos defendidos nesses dez anos de atuação do PPGH em relação à Linha de Pesquisa, vou procurar apontar algumas questões que possam deixar claro um perfil e um conjunto de preocupações.

Das 46 dissertações defendidas, mais de 60% se voltam, de alguma maneira, para questões e temáticas regionais. Acreditamos que essa é a tônica da grande maioria dos

² Cf. Projeto pedagógico do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em História, nível de mestrado e doutorado, do campus de Marechal Cândido Rondon (2015).

cursos de Pós-Graduação em História do nosso país, muito especialmente daqueles situados em áreas em que as questões locais não podem ser pensadas a partir apenas de macro-abordagens, que embotem as especificidades do que está sendo vivenciado. Ao mesmo tempo, as questões apontadas não são exclusivas de uma específica Linha de Pesquisa, mas permitem avaliar os direcionamentos propostos e o perfil que cada uma construiu e constrói.

Ao enfeixar todo um conjunto de trabalhos em torno de “temáticas regionais” (não estou falando na constituição de uma História Regional, ou de uma História do Paraná), considero os trabalhos que abordam o oeste paranaense, outras regiões do Estado, o Mato Grosso do Sul, o Piauí, considerando, como aponta Bourdieu, a necessidade de considerar e discutir, na pesquisa, os próprios atos de classificação, isto é, suas funções práticas ligadas a representações mentais e simbólicas. Porque o regional não aparece naturalmente, ou só em função de relações espaciais, mas em função das “lutas das classificações, lutas pelo monopólio de fazer ver, de fazer e desfazer os grupos”. Para Bourdieu, o que nessas disputas está em jogo é “o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de divisão que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade do grupo” (BOURDIEU, 2007: 111-113).

Dessa forma, foram trazidas discussões entre formas discursivas sobre cidades paranaenses mais antigas (como Paranaguá) e as cidades mais novas do oeste do Paraná, como Marechal Cândido Rondon, Palotina, Assis Chateaubriand e outras³. Ou sobre as regiões do Estado, a partir dos olhares dos viajantes no século XIX. As questões sobre a região em que está situada a UNIOESTE ganharam maior corpo, e alguns trabalhos foram reunidos numa coletânea, intitulada *Experiências e memórias de deslocamentos no Oeste do Paraná* (DUARTE, FROTSCHER, LAVERDI e WADI, 2012).

Discutir temáticas regionais nas pequenas cidades do oeste paranaense é se contrapor a símbolos gestados no campo do poder local, que procura impor “tradições inventadas” e identidades étnicas, configurando um quadro de inclusões e, principalmente, de exclusões de setores não hegemônicos. A produção significativa na região de “histórias

³ Optamos por não citar os trabalhos discutidos, mesmo porque seria muito difícil abordar todos eles. Procuraremos apontar, em linhas gerais, os caminhos trilhados nas dissertações defendidas, que poderão ser consultadas em: <http://200.201.88.199/portalpos/index.php/hist-dissertacoes-defendidas>.

locais” de fundo oficial e sua imposição à rede escolar configura de forma clara uma tentativa de pensar essa realidade de forma unidirecional, configurando exclusões de grupos diversos. Nessas disputas colocam-se em campo símbolos e discursos performativos, em que muitas vezes entram em choque noções diversas sobre o direito à cidade, o direito à terra, às suas próprias práticas culturais e à própria história.

Os museus configuram símbolos e discursos que muitas vezes são apresentados ao público escolar, principalmente como se seus acervos, por si só, expressassem um conhecimento verdadeiro e inquestionável. Todavia, se há museus que se constituem como centros de estudo e produção de conhecimento, a maioria é formada com o objetivo de afirmar e reafirmar uma história singular através da exposição e organização de objetos. Temos muitos museus preocupados em cristalizar os caminhos de uma determinada história local oficial, e a contemplação de seus objetos tendem a conformar uma ideia de passado que se observa sem se questionar. Outros preocupam-se com a afirmação de identidades étnicas ou nacionais, que somente a discussão da pesquisa pode problematizar.

Dentro da Linha de Pesquisa foram produzidos alguns trabalhos que procuram mostrar a historicidades dessas construções museológicas temáticas, quer apresentem uma interpretação para a construção da usina de Itaipu e suas consequências (modernizadoras) no oeste do Estado, quer se coloquem como guardiães do acervo histórico sobre a ocupação da região ou organizem o olhar sobre o holocausto e a comunidade judaica em Curitiba. Os pesquisadores que se envolveram com essa temática tiveram inclusive algumas dificuldades no acesso ao acervo, configurando mesmo uma tentativa de controle sobre o sentido dado às exposições.

Além disso, a noção de progresso inerente às narrativas locais sobre o desenvolvimento da região apaga memórias de grupos e de setores da população que não ficaram configurados em símbolos e narrativas hegemônicas. Assim, há a tendência a se pensar tradicionalmente os movimentos migratórios como sendo apenas os que trouxeram população ao oeste, desconsiderando grupos que vieram e se foram, deixando rastros que podem ser escrutados pelo historiador. Ou desconsiderar grupos que ficam à margem dessa noção unidirecional de progresso – pequenos sitiantes, pequenos proprietários, trabalhadores rurais, posseiros, brasiguaios não proprietários, quilombolas... Isso tudo

constitui desafios seguidos por alguns pesquisadores ao desenvolverem suas dissertações, ou ainda se abrem como possibilidades.

Uma questão fundamental nessa discussão é problematizar a própria noção de “colonização”, muitas vezes abordada como ocupação consensual e pacífica da região por levadas de populações, de ascendência europeia recente, sobre vazios populacionais ou sobre terra de ninguém. Valendo-nos de fontes orais, principalmente, há trabalhos da Linha de Pesquisa problematizando viveres, tensões e estranhamentos culturais a partir de migrações nem sempre valorizadas pela historiografia oficial ou pública hegemônica na região. Assim, tais trabalhos mostram que a ocupação da região não se processou totalmente de forma absolutamente planejada e consensual, havendo grupos de migrantes que vieram e partiram sem que seus traços de pertencimento fossem considerados – por exemplo, trabalhadores que se engajaram no cultivo da hortelã. Ao mesmo tempo, memórias de lutas passadas, como a de posseiros, são continuamente objetos de disputas de setores diversos, tornando claro que o que passou não está solidificado, mas é trazido à tona por questões do presente. Essas memórias são, muitas vezes, encampadas por setores tradicionalmente contrários às lutas narradas, mas que as ressignificam a partir de comemorações e outros atos rituais.

Embora não se pretenda discutir temáticas regionais restritas ao espaço físico, há trabalhos que problematizam a ação do homem no seu ambiente. Nessa perspectiva, certas ações como o desmatamento podem ser avaliadas a partir de lugares sociais diferentes: das elites envolvidas na exploração da madeira e de outros que sofrem com esse processo. Da mesma forma, ações de preservação – criação de parques nacionais, por exemplo – não atingem da mesma maneira a todos, ensejando também reações diferentes de desapropriados e outros.

Outro tema aberto à discussão é o papel da atividade radiofônica na região, abordada por algumas pesquisas, pela importância desse meio de comunicação e por disputas no seu controle e no controle dos ouvintes. O mesmo poderíamos dizer sobre a questão das religiosidades, bem como a discussão sobre o(s) lugar(es) de alguns grupos na vida das cidades – mulheres, idosos, menores, que também ainda requerem muitas investigações.

As religiosidades também foram (e são) objeto de algumas pesquisas, abordando práticas, representações e discursos, seja abordando o lado institucionalizado das religiões,

seja abordando a constituição de lugares de devoção como grutas e santuários e práticas como romarias e peregrinações.

Há um ainda pequeno mas significativo conjunto de trabalhos abordando a questão da loucura em muitos de seus aspectos: médicos, legais, literários, etc. Tais trabalhos se inserem numa perspectiva mais ampla da História da Loucura e da Psiquiatria, situada num campo interdisciplinar que vêm agregando não só diferentes fontes e documentos (processos administrativos e clínicos, relatórios médicos) como também narrativas expressas de formas variadas – escritos, imagens ou falas de pessoas tidas como loucas – que articulam experiências de vivência cotidiana em instituições de assistência, atribuição/assunção de diagnósticos e do estigma e etc.

Também há as questões de gênero, que constituem um desafio para as pesquisas. Foram produzidos alguns trabalhos que problematizam a história das mulheres, na medida em que consideram esse termo adjetivado e permeado por identificações também étnicas, geracionais, etc.: mulheres velhas, mulheres negras, mulheres organizadas em militâncias, entre outras. Todavia, pensar em gênero vai além, pois nem sempre as identidades de gênero se constituem a partir do sexo biológico, quando muitas vezes esse biológico é tido como algo natural e inquestionável. Pensar a sexualidade no tempo, a partir da constituição de um imaginário, de um Oriente exótico, foi abordado num dos trabalhos. Nos nossos dias, ainda, vemos que as lutas por reconhecimento e por direitos transcendem as identidades binárias, situam-se claramente no campo do poder. Estudos envolvendo viveres homossexuais, por exemplo, ou questões sobre o Movimento Homossexual Brasileiro, abrem campo para a discussão não somente para o direito à diferença, mas também para a crítica dos caminhos para se lutar por elas.

As preocupações com a educação e com o ensino de História estiveram presente, direta ou indiretamente, em alguns trabalhos. Isso constitui, a nosso ver, um desafio para os programas de Pós-Graduação em História, tendo em vista as questões que atualmente se apresentam principalmente em nível nacional. Destaque-se, nesse sentido, a inserção significativa dos nossos egressos no ensino fundamental, médio e superior, com um peso bastante significativo nesse último.

Nessa direção, a Linha de Pesquisa, ao voltar-se para os estudos da cultura, e procurando entendê-la como lugar de construção de sentidos, em suas diversas formas de

expressão, propôs voltar-se para diferentes práticas e linguagens. Ao trabalharmos com fontes orais, o fazemos considerando essencialmente a subjetividade dos narradores. Forma como o narrador organiza sua fala, os termos ou mesmo a língua que ele utiliza, as relações que ele constrói com o pesquisador deixam muito claro que na história oral lidamos mais com *significados*, como alerta Alessandro Portelli: “Fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez”, ou seja: “A construção da narrativa revela um grande empenho na relação do relator com a sua história” (PORTELLI, 1997: 31).

Na medida em que trabalhamos as fontes orais na perspectiva das subjetividades, incorporamos também a discussão de questões históricas a partir das linguagens artísticas. Raymond Williams não dissociou a questão da arte nos estudos da cultura, pelo contrário, incorporou-a em suas diferentes formas de expressão a uma totalidade que expressa modos de viver. No texto *Culture is ordinary (A cultura é de todos)*, em que problematiza sua própria experiência, afirma:

Usamos a palavra cultura nesses dois sentidos: para designar todo um modo de vida – os significados comuns; e para designar as artes e o aprendizado – os processos especiais de descoberta e esforço criativo. Alguns escritores usam essa palavra para um ou para o outro sentido, mas insisto nos dois, e na importância de sua conjunção (WILLIAMS, 1958).

Dessa forma, várias linguagens estiveram presentes nos trabalhos da Linha de Pesquisa: cinema, música, teatro, dança, caricatura, televisão, rádio, literatura, fotografia. Considerando a inserção dessas linguagens dentro da sociedade, ou seja, de que elas carregam suas condições de produção, difusão, domínio, significação e ressignificações, elas possibilitam ao historiador apreender as formas como elas articulam conhecimentos históricos, mas também compreender o papel social que elas exercem nessa própria sociedade. Dito de outro modo: elas articulam e difundem ideias e significados, mas esses elementos são produzidos num tempo e a partir de um lugar social que não pode ser ignorado pelo pesquisador.

Walter Benjamin situou historicamente a questão da reprodutibilidade técnica da arte a partir de finais do século XIX, possibilitando não apenas “transformar em seus objetos a totalidade das obras de arte tradicionais”, e assim difundi-las, mas também “conquistar para si um lugar próprio entre os procedimentos artísticos” (BENJAMIN, 1993:

167). Ou seja, a arte tende assim a perder a sua aura, a se emancipar do seu uso ritual, do seu valor de culto, sua condição de obra única, autêntica – e Benjamin exemplifica isso discutindo a fotografia e o cinema. Para ele, “toda forma de arte amadurecida está no ponto de intersecção de três linhas evolutivas”: a) a atuação da técnica sobre uma forma de arte determinada; b) a tentativa, pelas formas artísticas tradicionais, de obter efeitos que mais tarde serão sem esforço obtidos pelas novas formas de arte; e, por fim, c) “transformações sociais muitas vezes imperceptíveis acarretam mudanças na estrutura de recepção, que serão mais tarde utilizadas pelas novas formas de arte” (BENJAMIN, 1993: 185). Ou seja, “a reprodutibilidade técnica da obra de arte modifica a relação da massa com a arte” (BENJAMIN, 1993: 187), quebrando a noção de universalidade da obra e situando-a no seu próprio tempo e espaço. Além disso, ele não deixa de considerar a exploração capitalista do cinema, bem como seu uso pelo fascismo para se impor sobre as massas e a necessidade de expropriação desse capital pelas massas trabalhadoras.

Dessa forma, trabalhar com linguagens nos permitiu problematizar questões a partir dos significados partilhados por cada uma delas e os significados decorrentes dos suportes nos quais elas se apresentavam. O cinema foi alvo de alguns trabalhos, a partir de diferentes pontos de vista. A fotografia foi discutida tanto na imprensa como nos acervos de museus. O trabalho com linguagem teatral permitiu tanto discutir o próprio desenvolvimento do teatro como as questões relativas a militância pela arte que os textos específicos analisados traziam. Essas questões poderiam ser levantadas em relação às demais linguagens abordadas. Os trabalhos que se voltaram para os estudos da música popular, assim como as análises de festas e outras práticas, possibilitaram problematizar os significados atribuídos ao termo *popular*, trazendo à tona inúmeras questões relativas à sociedade e aos diversos grupos sociais.

A possibilidade de abordar o humor em variados suportes também se fez presente em algumas dissertações – em caricaturas na imprensa em épocas diferentes e no rádio. O humor opera com quebras em determinadas estruturas e significações, possibilitando uma leitura que pode ser atravessada por efeitos aparentes e ocultos. Portanto, nos trabalhos desenvolvidos, nem sempre o humor foi contestador; ele serviu muitas vezes para cristalizar estereótipos ligados a determinados grupos, levando mesmo a uma “etnização” dos mesmos.

Por fim, a questão do trabalho com as linguagens nos conduz às discussões sobre os patrimônios culturais, especialmente os denominados históricos/artísticos, materiais/imateriais, bem como os lugares de memória que eles constituem. As questões identitárias presentes nas formulações a esse respeito possibilitaram tratamentos diversos em diferentes pesquisas, seja colocando em foco a cristalização de diferenças étnicas em algumas de suas expressões, seja problematizando a veiculação de uma educação patrimonial nas escolas, questões abordadas também em algumas dissertações.

Penso que essas questões sistematizam algumas temáticas que apontam para perspectivas de desenvolvimento da Linha de Pesquisa. Os resultados dos programas de Pós-Graduação são sempre cumulativos, e o conjunto dos trabalhos indicam claramente as direções possíveis. Certamente esses resultados também serão percebidos nos resultados do doutorado, implantado mais recentemente, que poderão ser avaliados dentro de alguns anos.

Poderíamos acrescentar a formação mais recente de dois novos laboratórios, núcleos de possibilidades: o do Grupo de Pesquisa “História Intelectual e Historiografia” e o do Grupo “Cultura, Gênero e Memória”, que se somam ao Grupo de pesquisa “História, Cultura e Sociedade” e ao Laboratório de Pesquisa da própria Linha.

Referências bibliográficas

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas*. Magia e Técnica, Arte e Política. São Paulo: Brasiliense, vol. 1, 1993.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. Campinas: Papius, 1995.

DUARTE, Geni R.; FROTSCHER, Méri; LAVERDI, Robson; WADI, Yonissa M. (orgs.). *Experiências e memórias de deslocamentos no Oeste do Paraná*. Cascavel: Edunioeste, 2012.

DUARTE, Geni R.; FROTSCHER, Méri; LAVERDI, Robson. Práticas culturais e identidades: pensar a diversidade como desafio para o historiador. *Tempos Históricos*, Marechal Cândido Rondon, v. 10, n. 1, jan/jun 2007.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Educação & realidade*, v. 22, n. 2, 1997.

LINHA DE PESQUISA CULTURA E IDENTIDADES: DEZ ANOS DEPOIS,
BALANÇO E PERSPECTIVAS

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

KHOURY, Yara A. O historiador, as fontes orais e a escrita da História. In: MACIEL, Laura A.; ALMEIDA, Paulo R. de; KHOURY, Yara A. (orgs.). *Outras Histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho D'Água, 2006.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*, São Paulo, n. 14, fev. 1997.

SAMUEL, Raphael. Teatros da Memória. *Projeto História*, São Paulo, n. 14, fev. 1997.

THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

UNIOESTE. RESOLUÇÃO Nº 039/2015-CEPE, DE 9 DE ABRIL DE 2015 Projeto pedagógico do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em História, nível de mestrado e doutorado, do campus de Marechal Cândido Rondon. Disponível em: http://portalpos.unioeste.br/media/File/Projeto_Pedagogico_Politico.pdf. Acessado em: 19 mai 2016.

WILLIAMS, Raymond. A cultura é de todos (Culture is Ordinary). Trad. Maria Elisa Cevasco. 1958. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/68474445/A-Cultura-eOrdinaria1>. Acessado em: 19 mai 2016.

WILLIAMS, Raymond. *La larga revolución*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2003.